

Brasília, 2000

PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS:

APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

1. A Ata da Reunião da Comissão Mista de Cooperação anterior, realizada no Tribunal de Contas de Portugal, em Lisboa, no dia 11 de novembro de 1999, foi aprovada e assinada.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP

2. Cada delegação divulgou algumas notícias a respeito de seus Tribunais, conforme segue.

2.1 Tribunal de Contas de Portugal:

2.1.1 O Tribunal de Contas de Portugal informou sobre encontros técnicos com entidades portuguesas que realizara no ano 2000. Foram mencionados um encontro com órgãos de controle interno, outro com organismos da segurança social portuguesa e um terceiro com a Comissão Parlamentar de Economia e Finanças da Assembléia da República. A delegação portuguesa comunicou ainda que está em preparação um encontro com representantes de universidades, uma vez que é nessas instituições que o Tribunal de Contas de Portugal recruta seus auditores e que as universidades, muitas vezes, desenvolvem estudos de interesse para o Tribunal.

2.1.2 Outra informação dada pela delegação portuguesa foi a de que o Tribunal de Contas de Portugal fora escolhido para organizar, no próximo ano, um encontro da Eurosaí a respeito da coordenação entre os vários níveis de controle (comunitário, nacional, regional e local).

2.1.3 Por último, o Tribunal de Contas de Portugal comunicou a criação de um serviço de gestão de entidades que estão sob o controle do Tribunal (uma base de dados com informações diversas sobre o momento atual das entidades e suas transformações) e de um Gabinete de Auditoria Interna, para apoio à gestão do próprio Tribunal de Contas.

2.2 Tribunal Administrativo de Moçambique:

2.2.1 O Tribunal de Moçambique emitiu, pela primeira vez, e com a assessoria do Tribunal de Contas de Portugal, parecer sobre a Conta Geral do Estado moçambicano, apresentado à Assembléia da República no dia 31 de agosto de 2000.

2.2.2 Foi elaborado, com a colaboração dos Tribunais de Contas da Suécia e de Portugal, o primeiro Plano Estratégico do Tribunal Administrativo de Moçambique. Em seminário realizado em julho de 2000, o Plano foi apresentado ao Parlamento e entidades responsáveis pelo Orçamento de Moçambique. O Plano Estratégico resultou de uma série de estudos que foram feitos sobre tecnologia da informação, recursos humanos, formação de pessoal e a infra-estrutura do Tribunal. O Presidente do Tribunal Administrativo ressaltou a necessidade de apoio técnico para a implementação do Plano.

2.2.3 Foi reportado o fortalecimento dos laços de cooperação entre as Entidades pertencentes à Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores da África Austral – SADECOSAI, da qual o Tribunal Administrativo de Moçambique faz parte, e referido que os Tribunais de Contas da Holanda e da Suécia têm proporcionado assistência às instituições que a integram a referida Organização.

2.3 Tribunal de Contas de Cabo Verde:

2.3.1 O Tribunal tem recebido apoio, especialmente financeiro, do Tribunal de Contas da Holanda. O auxílio recebido vem permitindo a resolução de questões pendentes no Tribunal de Cabo Verde, entre as quais a criação de uma célula orçamental (para a qual a instituição cabo-verdiana recebeu também auxílio do Tribunal de Contas português), cujo objetivo fundamental é a emissão de um parecer sobre a conta geral do Estado. O processo de criação da célula encontra-se em andamento. Dentro desse processo, foram instalados novos equipamentos e serviços de informática. Atualmente todos os servidores do Tribunal possuem acesso à Internet e utilizam correio eletrônico.

2.3.2 Em novembro de 2000, o Tribunal de Contas de Cabo Verde organizará um seminário com a finalidade de informar a população em geral sobre o papel do Tribunal. A intenção é que o seminário passe a ser anual. Ainda com vistas a se divulgar o trabalho da Instituição, foi retomada a edição da Revista do Tribunal.

2.3.3 Foi editada norma sobre pessoal que permitirá ao Tribunal reforçar seus quadros técnicos.

2.4 Tribunal de Contas da Guiné-Bissau:

2.4.1 Informou a delegação de Guiné-Bissau que algumas ações do Tribunal de Contas tem recebido apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do programa geral de assistência que o PNUD desenvolve no país.

2.4.2 O Tribunal de Contas da Holanda propôs à instituição de contas guineense ações concretas de cooperação para início imediato. O Tribunal de Contas da Guiné Bissau, no entanto, entendeu que alguns pontos das ações propostas necessitam de reflexões internas, sendo provável que até o fim do ano algumas atividades já sejam concretizadas sob tal cooperação.

2.4.3 Já foi iniciada a revisão da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau e a elaboração de diplomas complementares.

2.4.4 O Tribunal de Contas tem feito contatos com a Assembléia Nacional e outros órgãos de soberania para sensibilizá-los quanto à importância, às funções e às necessidades do Tribunal.

2.4.5 Em 1995 (e apenas em 1995) o Governo da Guiné Bissau elaborou a Conta Geral do Estado. Na ocasião o Tribunal emitiu parecer sobre essa Conta. Foi, contudo, o único, uma vez que o Governo não apresentou outra vez suas contas.

2.4.6 Está em vias de conclusão (fase de relatório) uma auditoria no Instituto Nacional da Previdência Social. Declarou o Presidente do Tribunal, Juiz-Conselheiro Otávio Inocêncio Alves, que essa ação representa um salto qualitativo no trabalho da Instituição de Contas da Guiné-Bissau.

2.4.7 Haverá uma revisão constitucional na Guiné-Bissau e é esperada a consagração, no texto constitucional, da autonomia e independência do Tribunal de Contas.

2.5 Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe:

2.5.1 Foi realizada uma visita de estudos ao Tribunal de Contas de Portugal, em 2000.

2.5.2 O Supremo Tribunal está aguardando providências autorizativas da Assembléia Nacional de São Tomé e Príncipe para que se inicie o funcionamento do Tribunal de Contas, com a transição das funções de controle do Supremo Tribunal para o Tribunal de Contas. Já há financiamento do PNUD assegurado para a instalação da nova Corte de Contas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM TIMOR LESTE

3. O Secretário-Geral Substituto da Comissão Mista de Cooperação, Ministro Adhemar Ghisi, falando em nome de todos os representantes dos Tribunais de Contas da CPLP presentes ao IV Encontro, dirigiu-se aos representantes de Timor Leste – Dr. Lucas Soares e Dra. Regina de Jesus de Sousa – para reiterar diretamente a eles o oferecimento que havia sido feito à nação timorense em novembro de 1999, por meio de correspondência enviada ao Chefe da Administração Transitória da ONU em Timor. Os Tribunais

da CPLP novamente colocaram-se à disposição para prestar assistência técnica para a implantação de um sistema de controle externo, no momento em que o Governo timorense julgar apropriado e da forma por ele considerada a mais indicada. O Secretário-Geral manifestou o desejo de todos de, muito em breve, ser possível ter na comunidade dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa a instituição suprema de controle de Timor Leste.

3.1 O Dr. Lucas Soares expressou sua gratidão pelo oferecimento que era feito à nação timorense e pela oportunidade de participar do IV Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, como observador. Afirmou que tal participação era de grande importância para ele e seu país, pois comparecia ao Encontro para observar, aprender e reunir informações que venham a subsidiar a escolha do sistema de controle externo mais adequado a Timor Leste.

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS ANUAIS DE ATIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO E DA SECRETARIA-GERAL DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP

4. Foram apresentados os Relatórios Anuais de Atividades do Centro de Estudos e Formação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, que tem sede no Tribunal de Contas de Portugal, e da Secretaria-Geral da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural, que funciona no TCU.

ESCOLHA DA NOVA SEDE DA SECRETARIA-GERAL DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DA CPLP

5. O Tribunal de Contas da União, sede da Secretaria-Geral da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, desde a assinatura do Memorandum de Entendimentos desses Tribunais, em 1995, foi reeleito para sediar a Secretaria-Geral por um período de três anos, nos termos do Artigo Quinto do Memorandum, que estabelece:

“ARTIGO QUINTO

1. Os trabalhos da Comissão Mista são coordenados por uma Secretaria-Geral, com sede num dos Tribunais, a eleger por um período de três anos.

2. O Tribunal que tiver a sede da Secretaria-Geral designará o Secretário-Geral.”

APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

6. Foi acertado o adiamento da discussão e aprovação do Estatuto da Organização das Instituições Supremas de Controle da CPLP até a próxima Reunião da Comissão Mista de Cooperação, para que o Projeto de Estatuto possa ser melhor estudado e receba ainda sugestões de aprimoramento.

ESTUDO COMPARATIVO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

7. O Tribunal de Contas de Portugal informou o estágio em que se encontra o Estudo Institucional Comparativo das Instituições Supremas de Controle da CPLP que, desde novembro de 1999, a Instituição portuguesa está elaborando, com a colaboração das outras Instituições de controle da CPLP.

V ENCONTRO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

8. Foi decidido que, em 2001, em data a ser definida, o Tribunal de Contas de Portugal organizará, em Lisboa, o V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Deliberou-se ainda que, no V Encontro, será abordado um único tema técnico a ser escolhido pelos Tribunais dos países africanos e será aprovado o Estatuto da Organização das Instituições Supremas de Controle da CPLP.

Participantes

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (BRASIL)

Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI

Ministro MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE

Conselheira-Presidente EDELFRIDE BARBOSA

Juiz-Conselheiro DANIEL BARROS

Auditor HENRIQUE SILVA

TRIBUNAL DE CONTAS DA GUINÉ-BISSAU

Conselheiro-Presidente OTÁVIO INOCÊNCIO ALVES

Juiz-Conselheiro FRANCISCO ROSA CÂ

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE MOÇAMBIQUE

Conselheiro-Presidente ANTÓNIO LUIS PALE

Juiz-Conselheiro JANUÁRIO FERNANDO GUIBUNDA

Secretária-Geral FILOMENA CHITSONZO

TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL

Conselheiro-Presidente ALFREDO JOSÉ DE SOUSA

Juiz-Conselheiro JOSÉ TAVARES

Juiz-Conselheiro JOÃO PINTO RIBEIRO

Juiz-Conselheiro ADELINO RIBEIRO GONÇALVES

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Juíza-Conselheira Dra. MARIA ALICE RODRIGUES VERA CRUZ DE CARVALHO

AUTORIDADE FISCAL CENTRAL DE TIMOR LESTE (observadores)

Dr. LUCAS SOARES

Dra. REGINA DE JESUS DE SOUSA

CONVIDADO ESPECIAL

Prof. Dr. ANTÓNIO DE SOUSA FRANCO, Membro Honorário da Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa

SECRETARIA-GERAL DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ministro ADHEMAR GHISI, Secretário-Geral Substituto da Comissão Mista de Cooperação